

Arte Rupestre

na Ilha de Santa Catarina

RODRIGO SIMAS AGUIAR



INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SANTA CATARINA

FUNDADO EM 07 DE SETEMBRO DE 1898

Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina

Rodrigo Simas Aguiar

2026

Primeira edição | 2026
® Todos os direitos reservados
Capa: Luiz Nilton Correa
Texto e fotos: Rodrigo Luiz Simas de Aguiar
Publicação: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina

60 páginas.

ISBN: 978-65-82666-00-1

DOI: <http://doi.org/10.5281/zenodo.18314086>

Material gratuito, proibida qualquer forma de comercialização.

*Esta edição é fruto da colaboração entre Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina.

**O livro faz parte das atividades de pós-doutoramento de Rodrigo Simas Aguiar no Programa de Pós-graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a supervisão do professor Alexandre Augusto Biz.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aguiar, Rodrigo Simas

Arte rupestre na ilha de Santa Catarina [livro eletrônico] / Rodrigo Simas Aguiar. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-82666-00-1

1. Arte rupestre 2. Pinturas rupestres - Santa Catarina (Estado) 3. Santa Catarina (Estado) - História 4. Pré-história I. Título.

26-330836.0

CDD-709.0113098164

Índices para catálogo sistemático:

1. Santa Catarina : Estado : Arte rupestre
709.0113098164

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Introdução, 07

Santa Catarina: a Ilha e sua magia, 09

Arte rupestre – conceitos fundamentais, 17

Os primeiros povoadores do litoral de Santa Catarina, 21

Os petróglifos da Ilha de Santa Catarina e adjacências, 31

Palavras finais, 45

Bibliografia, 53

Introdução

Este livro nasce de uma revisão do material que produzi em minha pesquisa de graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, entre 1993 e 1997. Além de difundir os dados levantados naquele tempo, acrescentei reflexões advindas de minha carreira como arqueólogo e antropólogo, mas sempre de forma sintética e em linguagem acessível, visando converter esta obra em um material de divulgação científica e apoio didático.

De fato, a maior parte dos textos produzidos sobre a arte rupestre na Ilha de Santa Catarina vem de matérias jornalísticas, sites e blogs. No âmbito científico, os textos são escassos e sempre voltados ao público acadêmico. Por essa razão, há um vazio em produtos focados na divulgação científica e na educação patrimonial, capaz de servir tanto como material de apoio às escolas dos ensinos fundamental e médio, quanto a leigos interessados na temática.

Tal situação me estimulou a produzir este breve material, a fim de superar tão incômoda lacuna, criando uma referência de amplo acesso, gratuita e focada na divulgação do patrimônio rupestre da Ilha de Santa Catarina. Este material vem de encontro a outras ações de popularização da ciência que tenho desenvolvido ao longo dos últimos anos, em especial durante o meu pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em

Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a supervisão do professor doutor Alexandre Augusto Biz.

É preciso criar uma conexão mais substancial entre universidade e sociedade. Os conhecimentos gerados no meio acadêmico precisam ser transpostos para todas as esferas do meio social, reiterando a importância das instituições de ensino e pesquisa para a sociedade como um todo. E se os produtos de popularização da ciência e tecnologia são tão essenciais, é necessário mais empenho e investimento dos cientistas neste tipo de material. Por essa razão, empenhei esforços para gerar diversos recursos de divulgação científica e educação patrimonial, entre livros e vídeos. Este livro é outro produto nascido deste empenho.

Como material de apoio educacional e como veículo de conscientização do valor de nosso patrimônio arqueológico, peço a todos que tenham acesso a este livro que o usem (em suas aulas, palestras, seminários e rodas de discussão) e compartilhem de forma ampla, assegurando o alcance da obra e do objetivo que ela carrega.

Meus agradecimentos ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e em especial ao amigo Luiz Nilton Correa pelo apoio, tornando possível esta publicação.

Santa Catarina: a Ilha e sua Magia

A cidade de Florianópolis é formada por sua Ilha e mais uma parcela da região continental. A Florianópolis continental está conectada à sua parte insular por três pontes, duas de concreto e uma metálica, sendo que esta última, chamada Hercílio Luz, tornou-se um ícone municipal. Muitos turistas pensam que o nome Florianópolis teria algo a ver com “cidade das flores”, mas é bem o oposto. Antes chamada de Desterro, o nome atual veio em 1894 pelas mãos do governador Hercílio Luiz (curiosamente o mesmo que dá nome à ponte), como uma forma de homenagear o Marechal Floriano Peixoto, segundo presidente republicano brasileiro. Este mesmo Floriano Peixoto foi quem mandou fuzilar 185 revoltosos federalistas nas dependências da Fortaleza de Anhatomirim, sendo a troca de nome uma espécie de afronta aos derrotados.

Mas existe outro tipo de história atrelada à Ilha de Santa Catarina. Ainda que a parcela continental tenha função igualmente vital para Florianópolis, é a Ilha que desperta o imaginário popular e ilustra os conteúdos de viagem e turismo. Para entender a aura de mistério que paira sobre a “Ilha da Magia”, precisamos recuar aos tempos do folclorista Franklin Cascaes. Ainda que suas pesquisas tenham iniciado muito antes, foi a partir da década de 1970 que seu

talento passou a receber algum crédito, porém, muito aquém da envergadura de sua obra. De fato, o reconhecimento pleno só veio mesmo após sua morte, em 1983, aliás, algo bem comum, infelizmente. A catalogação e curadoria de seu amplo legado ficou ao encargo no nosso querido e eterno Gelci Coelho, o “Peninha”, também falecido. Lembro-me das histórias que Peninha nos contava tanto das aventuras como das desventuras em sua nobre tarefa de assegurar a preservação e dar visibilidade à tradição e à cultura insular catarinense.

Ainda que pesem as tantas desventuras, a Ilha não é só feita de ingratidão. Isso, mais bem, é um traço nefasto de nossa classe política, desnutrida de intelectualidade e sensibilidade. Nosso “pedacinho de terra perdido no mar”, como carinhosamente a chamava o poeta Zininho, possui belezas que transcendem fronteiras, que embalam canções e poemas, e que estampam revistas e videos. A “Floripa” como é carinhosamente apelidada, é o berço das nossas bruxas eternizadas nas pedras da Praia de Itaguaçu, terra dos morros verdejantes e das praias de areia fina, banhadas pelos vagalhões de um mar que provém o pescador, aquele verdadeiro “manezinho” cuja fala nos traz sentimentos de saudade quando daqui estamos longe. Essas bruxas, e tantas outras entidades sobrenaturais retratadas por Franklin Cascaes, formam o amálgama tão peculiar da nossa Ilha da Magia.

Ainda que lagunense de nascença, era criança quando nos mudamos para esta terra de mitos e belezas, tendo aqui permanecido por décadas, deixando-a apenas quando veio a necessidade de buscar outras oportunidades profissionais, as quais a tão emblemática ínsula não podia me oferecer. Mas ela permaneceu em mim, como um sentimento que teima e que, quiçá, possa ser descrito pela palavra “saudade”, mas que paradoxalmente refere-se a uma

Florianópolis que já não existe. Não é desta terra de hoje que estou falando, de restaurantes sofisticados, mercado imobiliário predatório, trânsito caótico e hordas de transeuntes tão distantes daquela essência original, mas sim daquela Floripa deliciosamente provinciana, com rincões preservados, do povo simples e do pastel de berbigão.

Contudo, a Ilha da Magia não é feita só de lembranças das bruxas. Outro tipo de magia vem de eras distantes, quando povos originários transitavam por estas praias e baías, chamando a Ilha de Meiembipe e o estreito que divide as duas baías de Jurere-mirim (lugar da boca pequena). Esta história começa há cinco mil anos atrás (ou mais), quando povos construtores dos sambaquis, que se difundiram por todo litoral catarinense, se instalaram também na Ilha. Depois deles vieram os ceramistas Jê e, por último, os povos Guarani, ancestrais dos Carijó, grupo que veio a contatar os primeiros europeus a pisarem na Ilha da Magia. A história seguinte é bem-sabida: os antigos habitantes foram dizimados ou expulsos, tornando-se a Ilha um local estratégico para abastecer as naus que desciam para o Rio de la Plata. Mas a história que aqui nos interessa é a anterior e bem menos conhecida, dos povos pescadores ancestrais que eternizaram sua passagem por meio de grafismos esculpidos nas rochas dos costões. Aqui, vamos falar da Arte Rupestre.

Santa Catarina, a Ilha das paisagens encantadas....



*dos vagalhões que castigam as pedras
dos costões...*



*da emblemática ponte metálica que
une insula e continente, passado e presente...*



*das bruxas eternizadas nas pedras de Itaguaçu
(mostrando que sua magia atravessa a baía e toca o continente)...*



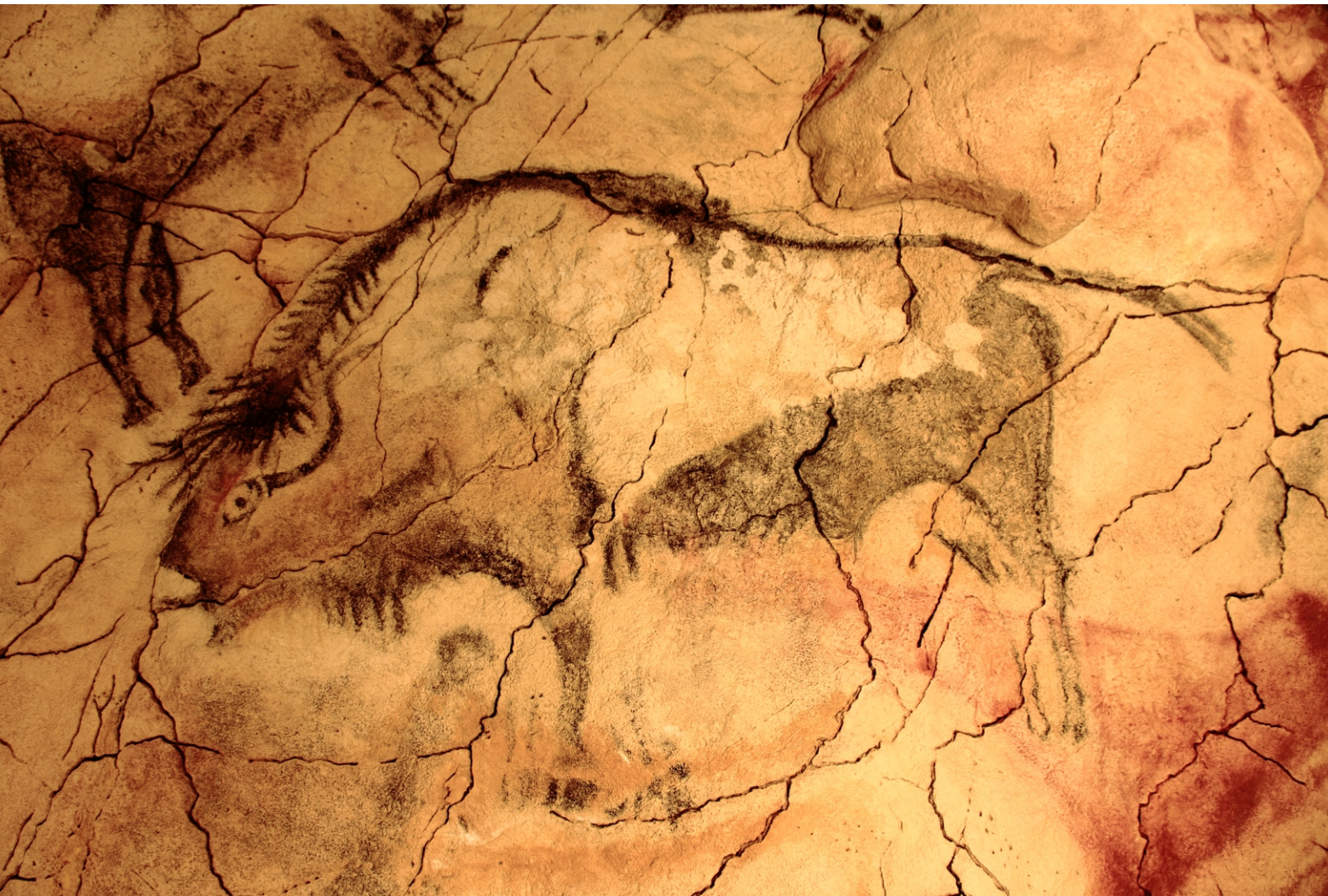
*e das maravilhas da Ilha do Campeche, onde a arte rupestre
decora copiosamente os paredões rochosos.*



Arte Rupestre – conceitos fundamentais

As primeiras manifestações artísticas remontam à era pleistocênica, quando humanos e neandertais passaram a nutrir um conteúdo abstrato substancial, responsável por ditar vários ritmos da vida em sociedade. De fato, diversas paredes de cavernas no Continente Europeu ostentam esboços pintados, primeiro por neandertais, depois pelo *Homo sapiens*. Era resultado de uma mente que se abria ao mundo, criando formas cada vez mais simbólicas e ritualizadas de ritmar a relação entre pessoas e o habitat. Não era mais o “eu” e o mundo, mas sim um mundo de muitos “eus”, alguns humanos, outros não, variando do biológico ao espiritual. E este mundo precisava ser registrado, representado, materializado e perpetuado, nascendo assim as primeiras manifestações rupestres, há mais de 40 mil anos. Por vinte milênios, se acumularam espaços de representação ao redor do mundo, sendo Chauvet, Lascaux e Altamira os mais famosos e emblemáticos casos da arqueologia.

A arte rupestre, pode-se dizer, representa o primeiro grande domínio intelectual humano, que marca uma nova configuração de sociedade, dedicada a construir espaços abstratos de relação com o mundo circundante. Para nós, humanos dos dias atuais e testemunhas de espaçonaves, internet e aparelhos



Pintura rupestre pleistocênica. Altamira, Espanha.

eletrônicos notáveis povoados por incontáveis sistemas de Inteligência Artificial, é difícil compreender a revolução que a arte provocou no mundo paleolítico. Há quem defenda que a grande conquista da era paleolítica foi a descoberta do fogo. Inegavelmente, o fogo moldou a face humana, literalmente. Entretanto, ainda mais extraordinário é o domínio que se configurou a partir da representação simbólica do mundo. Espaço, tempo, agentes (humanos e não humanos), começam a tomar forma em uma dimensão social que combina o físico e o metafísico.

Por arte rupestre, entendemos as incontáveis pinturas e gravuras feitas em paredões rochosos por povos da pré-história, um registro perene do universo simbólico daqueles homens e mulheres de outras eras. As pinturas, via de regra, eram feitas a partir de minerais, como o óxido de ferro, misturados com matéria graxa para dar fixação e textura. Esta tinta penetrava a camada superficial da rocha, fixando-se de forma persistente, o que permitiu que atravessasse os milênios, chegando aos nossos dias. Outra maneira de produzir grafismos rupestres é por meio da fricção ou percussão de instrumentos de pedra sobre a face rochosa, gerando marcas e sulcos que davam forma às figuras – por isso chamadas gravuras rupestres ou petróglifos.

Por muito tempo se debateu a validade (ou não) do termo arte rupestre. De fato, em outra obra, já abordei minha posição a respeito: para mim, se pensarmos a definição de arte pelo viés da antropologia, que é infinitamente mais amplo do que aquele conceito ocidental e elitista, o termo arte rupestre é sim correto. Não se trata só de arte por arte, manifestação estética de cunho autoral e sem funções práticas na sociedade, mas sim de uma espécie de “aparelho” usado para comunicar eventos e conectar determinadas facetas da vida social (sejam físicas ou metafísicas). Neste sentido, a arte opera em

diferentes níveis, criando laços entre pessoas e com outros seres, ampliando o espaço para além do território e atingindo outras dimensionalidades. A arte em sociedades tradicionais, seja do passado ou presente, desde o viés sofisticado da antropologia, pode ser entendida como expressão estética vestida de etnicidade e, ao mesmo tempo, potencial agente que, de alguma forma, participa da vida social.

A arte rupestre é um fenómeno praticamente global. Temos painéis com pinturas ou gravuras em desertos (como Saara ou Novo México), cavernas, vales e montanhas, e em todos os continentes, menos a Antártica. Variam muito em estilo, desde as representações naturalistas, que replicam animais e outras formas reconhecíveis na natureza, até as figuras geométricas cujos significantes se perderam nas brumas do tempo, tornando-as indecifráveis. Mas em todas, reconhecemos a conexão com um mundo imaterial que inaugura uma nova forma de ser, cuja mente transcendeu os limites do espaço e do tempo.

*Petróglifo
(gravura rupestre)
Gois, Portugal.*



Os primeiros povoadores do litoral catarinense

Em meio às planícies costeiras, elevam-se enormes montes de conchas, testemunhos da passagem dos primeiros povoadores pelo litoral de Santa Catarina. Eram povos essencialmente pescadores, que extraíam do mar a maior parte dos recursos alimentares, complementados com caça e coleta de frutos. Sendo o mar o principal provedor, estes povos passam a viver em uma complexa relação com os ambientes marítimos e lacustres, elegendo as dunas ou as encostas de morros à beira-mar como local de habitação.

Para poder estabelecer seus assentamentos acumulavam cascas de moluscos e outros resíduos alimentares, de forma que, ano após ano e geração após geração, formavam-se enormes montes de conchas, conhecidos na arqueologia como *sambaquis*. Ainda que este tipo de habitação ocorra em diferentes países, no litoral de Santa Catarina temos àqueles que, provavelmente, são os maiores sambaquis do mundo, chegando a alcançar mais de 30 metros de altura. Eram espaços tanto para habitação como para performances rituais, razão pela qual em meio aos seus estratos encontramos desde farta cultura material (artefatos) até sepultamentos.



Sambaqui da Roseta, Laguna (SC).

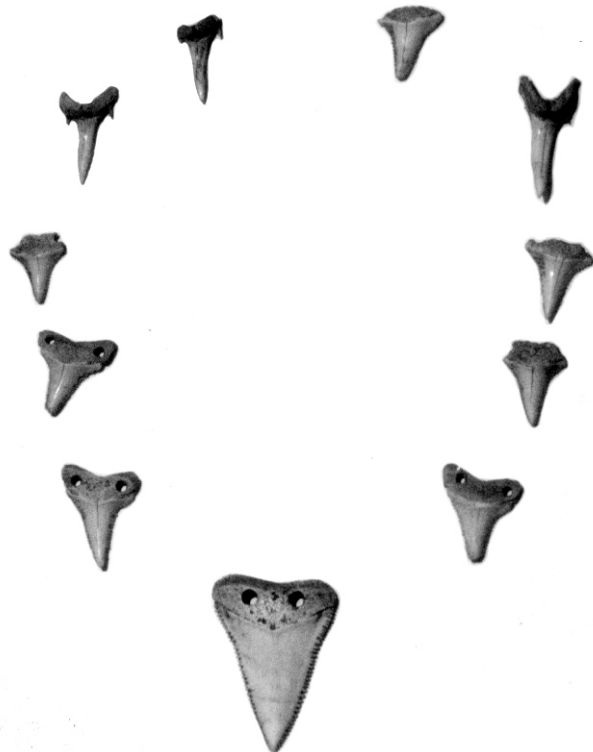
Os povos dos sambaquis praticavam um modo de vida perfeitamente adaptado ao ambiente costeiro, tendo lá encontrado recursos alimentares praticamente inesgotáveis. Isso se reflete em seus assentamentos, pois ainda que sejam caracterizados como povos pescadores-caçadores-coletores que não praticavam agricultura (vistos como nômades na teoria arqueológica) aqui experimentavam uma espécie diferente de sedentarismo, ocupando o mesmo espaço por muitas centenas de anos.

Quanto à tecnologia, eram detentores de uma refinada indústria lítica. Hábeis na arte de talhar e polir pedras, produziam muitos instrumentos, como machados e pesos de rede, além de rebuscadas estatuetas de pedra em formato de animais, os zoólitos. Artefatos em ossos, como pontas de lanças, espátulas e anzóis, complementavam o instrumental pesqueiro, uma demonstração da dedicação destes homens e mulheres a uma vida essencialmente voltada à pesca e aos demais recursos marinhos e lacustres.

No âmbito artístico, além dos zoólitos, pouco se sabe. Adereços, como colares de dentes de tubarões, mostram a necessidade de adornar o corpo. Alguns sepultamentos apresentam resíduos de óxido de ferro, possivelmente resultante de pinturas corporais, mas os detalhes sobre esta prática estão perdidos para sempre em um passado que o arqueólogo não consegue recriar, apenas interpretar. Ainda assim, considerando a complexidade dos zoólitos e sua possível relação com o universo ritual, percebemos a importância das manifestações estéticas para estes povos, um tema que precisa ser melhor estudado. De todas as formas, a partir de 3 mil anos atrás notam-se mudanças no modo de vida dos sambaquieiros, até que, nos mil anos seguintes, se processa um lento e enigmático desaparecimento destes povos pescadores-caçadores-coletores.

Zoólito (baiacú).
Peça da coleção do Museu Anita Garibaldi





Colar de dentes de tubarão. Peça da coleção do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J.



Anzóis em osso. Peças do acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC.

Na sequência, aparecem na costa catarinense grupos associados aos Jê arqueológicos, aqui chamados de Itararé. Os Jê arqueológicos são oriundos de uma leva migratória que teve origem no Centro-Oeste do Brasil há três mil anos, ocasionada muito provavelmente por alterações climáticas. Se estabeleceram primeiro no interior e, por fim, na costa catarinense, onde os vestígios mais antigos datam de aproximadamente 1.500 anos. Ainda que no litoral também tenham se dedicado à pesca, a constituição de seus espaços de moradia, agora com aparência mais terrosa, indica que os recursos terrestres foram igualmente explorados e o consumo de moluscos reduzido.

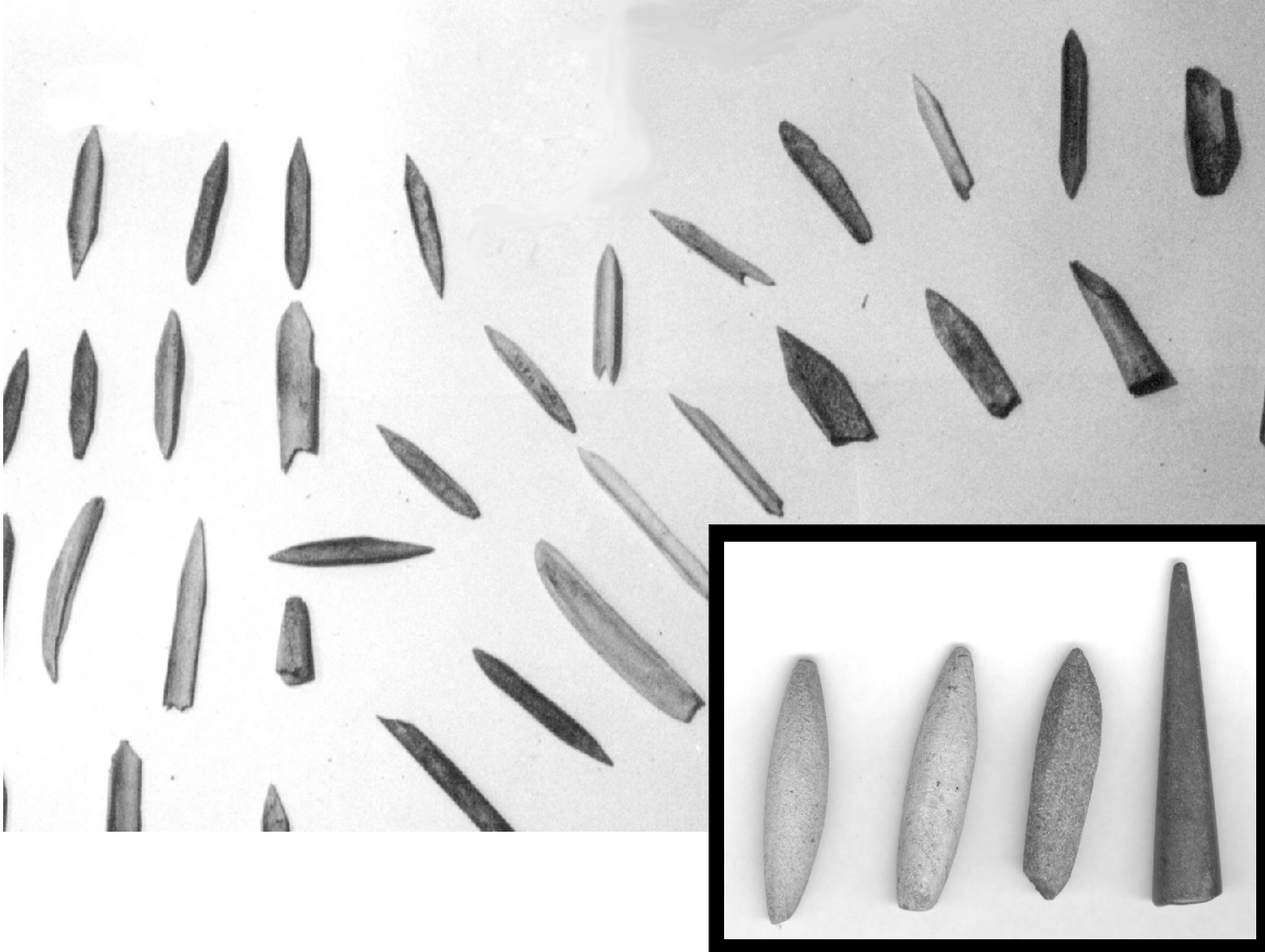
O itararé traz consigo a tecnologia cerâmica, dedicando-se à produção de pequenos recipientes empregados na preparação e consumo de alimentos. Ainda que em sítios do interior existam recipientes com decoração incisa, no litoral predomina a cerâmica lisa, sem decoração, de cor escura, revelando o emprego de queima redutora (com pouco oxigênio, em fornos insipientes). Mesmo sendo ceramistas, não há indícios de que tenham se dedicado à agricultura, predominando a economia caçadora-coletora-pescadora. O grande número de assentamentos itararé próximos a sítios de arte rupestre – e em alguns casos o único registro de ocupação, como na Ilha do Campeche – revelam a possibilidade destes povos serem os autores da arte rupestre do litoral catarinense. Considerando que os seus ancestrais Jê, em terras do Brasil Central, já produziam gravuras rupestres (do estilo pisadas), a teoria da autoria itararé é reforçada.

Os itararés permanecem no litoral por cerca de mil anos, até a chegada de grupos da tradição tupiguarani. Há indícios de possíveis conflitos entre estes grupos, mas que precisam ser melhor estudados. De todas as formas, por volta de 500 anos atrás, o itararé desaparece dos registros arqueológicos,



*Cerâmica e sepultamento provenientes de sítios itararé.
Peças da coleção do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J.*





Pontas de flecha em osso e fusiformes.

Peças da coleção do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J.

exatamente quando ocorre o aumento da presença dos ceramistas tupiguarani.

Os povos que compõem a tradição tupiguarani seriam ceramistas originários da região amazônica e que a partir de 3 mil anos atrás protagonizaram uma grande marcha migratória, difundindo-se por amplas áreas da América do Sul. Suas peças cerâmicas eram variadas, desde pequenos recipientes até as grandes urnas, usadas tanto para preparo, consumo e estocagem de bebidas, como para fins funerários. A decoração também era variada, indo desde incisões na massa (corrugadas e unguladas), até as pintadas com refinados motivos geométricos.

Eram povos horticultores que se dedicavam, principalmente, ao cultivo do milho e da mandioca. Ainda assim, a caça persiste como elemento de grande importância. Diferenciais nos enterramentos podem apontar para uma estratigrafia social. Quando da chegada dos europeus, a Ilha de Santa Catarina era habitada pelos carijós, descendentes dos tupiguaranis arqueológicos. Deste contato ocorreram impactos irreparáveis, levando ao desaparecimento das populações autóctones.

Imaginando as qualidades ecológicas da Ilha de Santa Catarina naqueles tempos remotos, com praias piscosas, bravas na sua face leste e serenas nas baías, emolduradas por montanhas verdejantes repletas de vida animal, temos um vislumbre do recanto idílico que acolheu os primeiros habitantes. Ali, caça e pesca abundantes ofereciam recursos alimentares para famílias que por séculos fizeram desta nossa Ilha da Magia seu lar. E esta magia milenar está representada nos petróglifos, as muitas gravuras rupestres que decoram os paredões rochosos que se elevam entre as diversas praias e formam as ilhas adjacentes. Tais gravuras são uma janela que conecta o mundo atual com o universo imaterial destes povos ancestrais.



*Urna funerária tupiguarani.
Peça da coleção do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J*

Os Petróglifos da Ilha de Santa Catarina e adjacências

Praias arenosas intercaladas por costões rochosos e montes verdejantes dão forma à paisagem da Ilha de Santa Catarina. Na face leste, imperam os vagalhões que rebatem nos costões das praias voltadas ao mar aberto. Já a oeste, estão as enseadas que se aninham nas baías Norte e Sul, tendo o continente à frente. Via de regra, os paredões gravados com arte rupestre estão na parte leste, frente ao oceano.

Tão diverso quanto às infindáveis culturas humanas dispersas pelo globo terrestre, são os significados que elas podem dar ao mesmo elemento gráfico. Um triângulo, para alguns povos, pode ser a representação de uma vulva, enquanto que para outros a de uma borboleta, e ainda tem os que veem ali uma conexão com o plano metafísico. Por isso, associar as gravuras rupestres da Ilha de Santa Catarina a ideogramas de civilizações distantes é a ingenuidade de quem pouco entende de antropologia e de semiótica. As gravuras rupestres do litoral catarinense são o que são: registros perenes do plano simbólico de povos pescadores que se estabeleceram por estas terras há milhares de anos.

O diabásio, espécie de rocha ígnea, é o suporte escolhido para a

*Petróglifo da
Praia da Galheta.*



produção dos petróglifos na Ilha de Santa Catarina e suas adjacências. Tal escolha talvez se deu em razão de suas propriedades, uma rocha mais “maleável”, que acolhe bem a produção destes grafismos. Por outro lado, o diabásio possui um córtex (camada externa) mais sensível, que se despresta facilmente, em um processo chamado esfoliação. A esfoliação, que pode ser provocada tanto pela ação do tempo como pela mão humana, acarreta a perda irremediável de muitos grafismos rupestres.

As gravuras rupestres da Ilha de Santa Catarina e adjacências eram produzidas de duas maneiras: por picoteamento ou por polimento. No picoteamento, a percussão de um instrumento de pedra contra a face da rocha acarreta a remoção de diminutas lascas, gerando uma superfície rugosa que, pouco a pouco, vai dando forma às linhas que compõem o grafismo. Já no polimento, canaletas são geradas pela fricção de um artefato lítico, formando sulcos largos e bem definidos que delineiam o motivo rupestre. A combinação das duas técnicas em alguns petróglifos inacabados sugere que, no caso do polimento, os desenhos eram antes esboçados por picoteamento para depois receberem acabamento polido. De todas as formas, das 563 gravuras que registrei em um levantamento na década de 1990, 522 foram obtidas por polimento (mais de 90 %).

Em estilo, estes petróglifos apresentam uma persistência notável, indicando ser obra de um único povo. São representações geométricas, onde predominam os círculos, os triângulos e as linhas onduladas, aparecendo mais raramente as figuras antropomórficas (representações humanas). Na porção meridional do litoral de Santa Catarina, os locais com maior número de figuras rupestres são a Ilha do Campeche (167 gravuras), a Ilha dos Corais



Esquerda: Ilha do Arvoredo. Direita: Ilha dos Corais.

(132 gravuras) e a Praia do Santinho (110 gravuras). Ainda na Ilha de Santa Catarina e adjacências, aparecem painéis rupestres nas seguintes localidades:

- Ilha do Arvoredo;
- Ponta das Canas;
- Praia dos Ingleses;
- Ilha das Aranhas;
- Prainha (Barra da Lagoa);
- Caminho dos Reis;
- Praia da Galheta;
- Praia Mole;
- Praia da Joaquina (extinto);
- Praia da Armação (extinto);
- Pântano do Sul;
- Praia da Solidão;
- Naufragados.

Há outros sítios no litoral catarinense, em Porto Belo, Pinheira e Garopaba, mas aqui me ocuparei somente daqueles nas imediações da Ilha de Santa Catarina. De todas as formas, há sempre notícias de painéis novos, sendo o trilheiro e fotógrafo Rodrigo Dalmolin responsável por grande parte dos novos registros.

Ainda que uma “leitura” precisa da arte rupestre seja impossível, podemos inferir que existe uma conexão entre os grafismos, o ambiente natural e o modo de vida de seus autores. Tal e qual um livro, a arte rupestre registrou as ideias e os eventos que moldaram a vida social daquelas populações pesqueiras que habitaram a faixa litorânea em tempos remotos.

Considerando minha proposta de correlacionar os petróglifos da Ilha de Santa Catarina e adjacências com os povos ligados à tradição arqueológica itararé (conforme dito no capítulo anterior), estas figuras poderiam ter mais de mil anos de idade. Se lá nos campos do Brasil Central predominaram as pegadas de animais terrestres, como onças, antas, veados e pássaros diversos, aqui no litoral sobressaem os peixes, as redes, as ondas do mar e outros elementos que refletem a vida costeira.

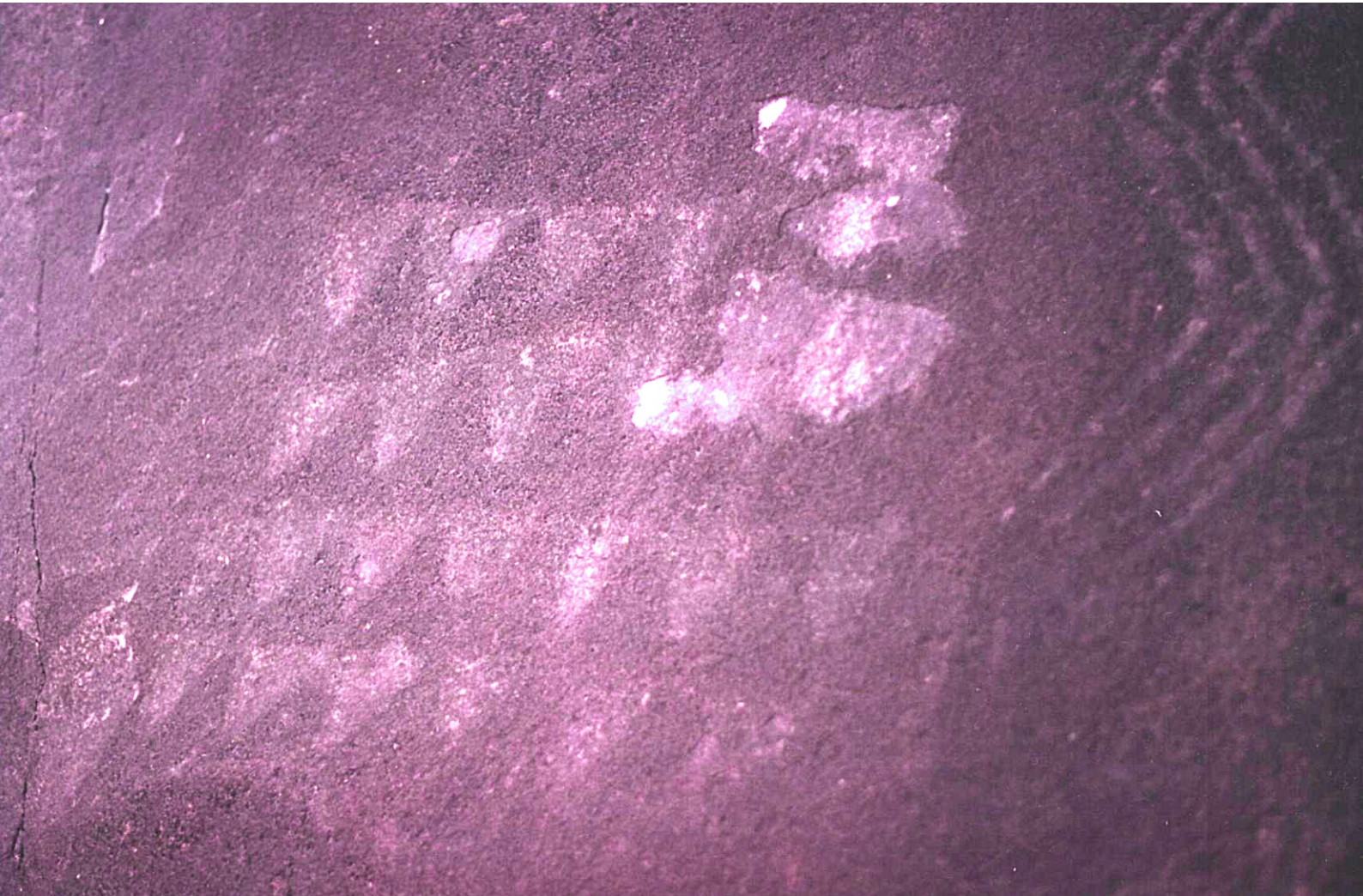
Vemos nestes painéis a intersecção entre o modo de vida destes pescadores antigos, um ambiente farto em recursos pesqueiros e toda a sorte de simbolismos e rituais que emergem desta relação, embalada pelas fortes ondas do oceano que rebatem nos costões rochosos. Por isso, é viável entender o mar como ente privilegiado e destacado, que rege as relações do humano com outras variáveis de sua vida social e simbólica e, por isso mesmo, o pano de fundo para as temáticas representadas. Como evidência, temos diversas composições rediformes “envolvendo” círculos e pontos, que ali representariam o pescado. Já as linhas onduladas representam os vagalhões sobre os quais saltam abundantes peixes. As figuras antropomorfas assumem a função de auto-retrato, um “eu” coletivo imerso neste ambiente de benesses e perigos. Assim, o que temos não são só desenhos gravados, mas um livro extraordinário que registrou vidas e crenças experienciadas mais de mil anos atrás. Não é para menos que muitos destes painéis foram apelidados pelos pescadores atuais de “letrados”.



*Rede com pontos
e círculos dentro da malha.
Ilha do Campeche.*



Ilha das Aranhas.



Praia Mole.



Esquerda: Praia dos Ingleses; direita: Ponta das Canas; abaixo: Naufragados.





Barra da Lagoa.



Praia do Santinho.

*Petróglifo da
Praia do Pântano do Sul
vandalizado por pichação.*





Ilha do Campeche.

Palavras finais

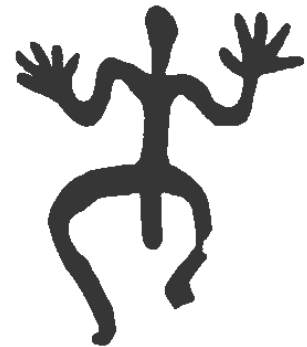
Os petróglifos da Ilha de Santa Catarina e suas adjacências integram um grande legado arqueológico de povos que habitaram a costa há milhares de anos. Trata-se de um patrimônio inestimável, que além de fazer parte de nossa identidade, é um veículo de acesso a informações vitais sobre as populações pretéritas e a todo o contexto humano e ambiental que compõe nosso conhecimento sobre este espaço insular.

Estando tais vestígios em áreas de alto impacto turístico, o risco de destruição do patrimônio arqueológico na atualidade é grande. Enquanto uns fazem churrascos à beira dos costões, afetando a integridade dos bens arqueológicos, outros produzem pichações sobre os grafismos rupestres, gerando um dano permanente. Há ainda os que caminham sobre as gravuras e as riscam com pedaços de pedra ou, em casos mais graves, tentam “roubá-las” com talhadeiras. A vigilância destas áreas é difícil, por isso o melhor caminho é o investimento em educação patrimonial, com a produção de materiais como este.

Destaco aqui os esforços coletivos e individuais por apaixonados pela arqueologia, que constantemente lutam contra as adversidades e plantam sementes na missão de conscientizar e preservar nosso legado. Entre estes não podia deixar de mencionar o projeto Guardiões do Patrimônio e a persistente

atuação de amigos diletos, como Fabiano Linhares Silveira, Ariodo Palhano Ribeiro, Carlo Zarallo e Rodrigo Dalmolin.

O caminho para superar os riscos ao patrimônio arqueológico está na educação e na divulgação científica. Precisamos investir mais tempo e recursos no diálogo entre setores e na produção de materiais acessíveis a todos os públicos. Dito isso, espero que o presente livro cumpra seu papel como instrumento de educação e conscientização sobre o patrimônio rupestre do litoral catarinense.



*Esquerda: Praia do Santinho.
De cima para baixo:
- Joaquina (extinto);
- Armação (extinto);
- exemplar de figura antropomórfica
(Ilha do Campeche).*



*Linhas onduladas,
pontos e círculos como
representações do mar
e da fauna marinha.*









Ilha do Campeche.



*Oficinas líticas, espaços onde os povos da pré-história
poliam e afiavam seus instrumentos de pedra.*

Bibliografia

AGUIAR, R. L. S. (2025). Arqueologia pré-histórica - vol. 1: arte rupestre. São Paulo/Lisboa: Ipê das Letras.

AGUIAR, R. L. S. (2025). Catálogo da Coleção de Arqueologia Pré-histórica do Museu Anita Garibaldi. Florianópolis: Cum Laude.

AGUIAR, R. L. S. (2024). Os sambaquis e a Pré-história do Litoral de Santa Catarina. Florianópolis: Cum Laude.

AGUIAR, R. L. S. (2017). Petroglyphs of Footprints in the Brazilian State of Mato Grosso do Sul: Genesis and Stylistic Diffusion. Acta Archaeologica, v. 88, p. 205-216.

AGUIAR, R. L. S. (2013). Arqueologia e história indígena no litoral de Santa Catarina. Florianópolis: Garapuvu.

AGUIAR, R. L. S. (2002). Manual de Arqueologia Rupestre: Introdução ao Estudo da Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes.

Florianópolis: IOESC.

AGUIAR, R. L. S. (2009). Proposições para uma interpretação da Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Adjacências, Brasil. CLIO Série Arqueológica, v. 24, n. 2, p. 100-110.

AGUIAR, R. L. S.; CORREA, L. N. ; MÜLLER, Aline Maria. (2025). Patrimônio Cultural, Educação e Divulgação Científica. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

BECK, A. (1972). A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis - Litoral de Santa Catarina. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

BLASIS, P. A. D. D.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANNINI, P. C. F. & GASPAR, M. D. (2007). Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. Arqueología Suramericana, vol. 3, n. 1, p. 29-61.

DE MASI, M. A. N. (2021). Ocupação do Litoral Norte de Santa Catarina por grupos de caçadores coletores do Holoceno Inicial. Pesquisas, Antropologia, n. 76, p. 143-161, 2021.

DE MASI, M. A. N. (2001). Pescadores coletores da costa sul do Brasil. Pesquisas Antropologia, n. 57.

FARIA, L. de Castro (1959). A Arte Animalista dos Paleo-ameríndios do Litoral do Brasil. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

FISH, S. K.; DEBLASIS, P.; GASPAR, M. D. & FISH, P. R. (2000). Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 10, p. 69-87.

FOSSATI, A. (1997). Rupestrian Archaeology. Tracce, Online Rock Art Bulletin N° 6. www.rupestre.net/tracce

GAMBLE, C. (2001). Archaeology: the basics, Londres: Routledge.

GONZALEZ, M. & MILHEIRA, R. G. (2005). Reinterpretando o zoomorfo de tubarão da coleção “Carla Rosane Duarte Costa”. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), vol. 2, n. 4, p. 85-98.

GONZALEZ, M. M. B. (2005). Tubarões e raias na pré-história do litoral de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: MAE/USP.

HOSKINS, J. (2006). Agency, Biography and Objects. In: Christopher Tilley, Handbook of material culture. Londres: Sage, p. 74-86.

LASHERAS CORRUCHAGA, J.A. & FATÁS MONFORTE, P. (2015). El “estilo de pisadas” en América del Sur. XIX International Rock Art Conference, IFRAO. Publicado em Arkeos, Série Monográfica, vol. 37, p.

2131-2144.

LESSA, A. (2006). Reflexões preliminares sobre paleoepidemiologia da violência em grupos ceramistas litorâneos: (I) Sítio Praia da Tapera – SC. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, vol. 15-16, p. 199-207.

LESSA, A. & MEDEIROS, J. C. (2001). Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 11, p. 77-93.

MERENCIO, F. T. (2021). Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP. Tese de Doutorado, MAE/USP.

NOELLI, F. S. (2001). A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. Revista USP n. 44, p. 218-269.

PROUS, A. (1992). Arqueologia brasileira. Brasília: UnB.

ROHR, J. A. (1977). O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina.

ROHR, J. A. (1966). Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina. Pesquisas Antropologia n. 15.

ROHR, J. A. (1959). Pesquisas Paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. Pesquisas Antropologia, n. 3, p. 199-266.

ROHR, J. A. (1959). Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. Pesquisas Antropologia, n. 19.

SCHMITZ, P. I. (2013). A ocupação pré-histórica do Estado de Santa Catarina. Revista Tempos Acadêmicos, N. 11, pp. 06-24.

SCHMITZ, P. I. (1996). Visão de conjunto dos sítios de Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçudas. In: Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S. J. Pesquisas, Série Antropologia, Nº 53. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas.

SCHMITZ, P. I. (1959). A cerâmica guarani na Ilha de Santa Catarina. Pesquisas Nº 3. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas.

SCHMITZ, P.I. & VERARDI, I. (1994). Antropologia da morte. Praia das Laranjeiras: um estudo de caso. Revista de Arqueologia, São Paulo, vol. 8, n. 1, p. 91-100.

SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. H. & JACUBUS, A. L. (1993). Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. - O sítio da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia da tradição ceramista Itararé. Pesquisas Antropologia, n. 49.

SCHMITZ, P.I. & ROGGE, J. H. (2013) - Pesquisando a trajetória do Jê meridional. Pesquisas, Série Antropologia, 70, p. 07-33.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. (2013). Pesquisando a trajetória do Jê meridional. Pesquisas, Série Antropologia, n. 70, p. 7-33.

SCHMITZ, P. I. & ROGGE, J. H. (2011). 107 ‘casas subterrâneas’ no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n.21, p. 185-204.

SILVA, Sérgio B. (1988). O Sítio Arqueológico da Praia da Tapera: Um assentamento Itararé e Tupi-Guarani. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, UFRGS.

SILVA, S. B.; SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; DE MASI, M. A. N. & JACOBUS, A. L. (1990). Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. - O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. Pesquisas Antropologia, n. 45.

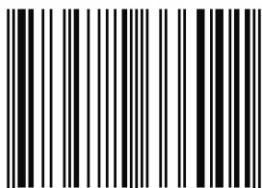
YESNER, D. R. (1980). Maritime Hunter-Gatherers: Ecology and Prehistory. Current Anthropology, Vol. 21, N. 6, pp. 727-750.



Rodrigo Simas Aguiar

É professor titular de Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca (Espanha). Pós-doutoramento em Arqueologia pré-histórica na Universidade de Coimbra (Portugal) e atualmente é pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina.

ISBN: 978-65-82666-00-1



9 786582 666001

